

Artes, Direitos e Cidades

UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DE CLEÓPATRA: CINEMA, ARQUEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO¹

AN ANALYSIS OF CLEOPATRA'S IMAGE CONSTRUCTION: CINEMA, ARCHEOLOGY AND REPRESENTATION

Jéssica Góes Silva¹

Kayo Kleberson Cerqueira Oliveira²

Renata Calumby Belo³

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise da construção da figura de Cleópatra VII Filopátor em duas produções audiovisuais distintas: a primeira, datada de 1963 e dirigida por Joseph L. Mankiewicz, e a segunda, intitulada "Rainha Cleópatra" (2023), desenvolvida por Jada Pinkett Smith. O objetivo é compreender como a mudança de paradigma em relação ao protagonismo negro na interpretação de Cleópatra foi influenciada pelas dinâmicas de poder, em uma abordagem que se assemelha às caracterizações do "louco" presentes em "História da Loucura", de Michel Foucault. Argumenta-se que essa transformação na representação da rainha supera as narrativas arqueológicas tradicionais, refletindo, ao invés disso, as complexas dinâmicas sociais e políticas, oriundas do contexto de luta pelos direitos civis dos afro-americanos. A metodologia adotada será a pesquisa exploratória e documental, de natureza qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Cleópatra. Representação. Direitos Civis. História da Loucura.

ABSTRACT: The present study proposes an analysis of the construction of the figure of Cleopatra VII Filopátor in two distinct audiovisual productions: the first, dated 1963 and directed by Joseph L. Mankiewicz, and the second, entitled "Queen Cleopatra" (2023), developed by Jada Pinkett Smith. The objective is to understand how the paradigm shift in relation to black protagonism in the interpretation of Cleopatra was influenced by power dynamics, in an approach that resembles the characterizations of the "mad" presented in Michel Foucault's "History of Madness". It is argued that this transformation in the representation of the queen goes beyond traditional archaeological narratives, reflecting, instead, the complex social and political dynamics, arising from the context of the struggle for the civil rights of African Americans. documentary, qualitative in nature.

¹ Esta pesquisa é fruto das discussões do Grupo de Pesquisa em Direito, Cinema e Filosofia - CINESTESIA, orientado pela professora doutora Samene Batista Pereira Santana

² Jéssica Góes Silva, graduada em direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil, <http://lattes.cnpq.br/2928733892330948> jessicagoes.s@hotmail.com

³ Kayo Kleberson Cerqueira Oliveira, graduando em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil, <http://lattes.cnpq.br/4402716108660559> kkoliveira.drt@uesc.br

⁴ Renata Calumby Belo, graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil, <http://lattes.cnpq.br/8775140251349091>, rcbelo.drt@uesc.br

Artes, Direitos e Cidades

KEYWORDS: Cleopatra. Representation. Civil rights. History of Madness.

1. INTRODUÇÃO

A atribuição da criação do cinema aos irmãos Lumière, em 1895, é considerada uma simplificação histórica, uma vez que o desenvolvimento dessa arte envolveu diversos inventores, cientistas e técnicos (Sabadin, 2019). Da mesma forma, a representação da figura de Cleópatra é caracterizada por incertezas científicas e uma multiplicidade de interpretações ao longo do século, e desafia qualquer tentativa de definição sobre sua etnia e real aparência.

Este trabalho analisará, tendo como base metodológica a abordagem qualitativa com viés dedutivo, a imagem representativa de Cleópatra, em duas produções diferentes, o filme *Cleópatra* (1963) e a série *Rainha Cleópatra* (2023) onde neste ela é representada por uma atriz negra, Adele James, e naquele por uma atriz caucasiana, Elizabeth Taylor. Cleópatra VII Filopátor foi a última governante ativa do Reino Ptolemaico do Egito. Filha de Ptolemeu XII Auleta, a identidade da sua mãe permanece uma incógnita, podendo ser uma concubina não identificada, cuja origem é incerta, o que incita questionamentos sobre sua etnicidade.

Para Foucault (1972), a intervenção das instâncias de poder que atravessam instituições, indivíduos e a sociedade em determinada época pode engendrar o próprio conhecimento e “a história das relações que o pensamento mantém com a verdade”. Nesta esteira, pode-se entender que até mesmo as relações de produção científica carregam as marcas das relações de poder que vigoram em seu tempo. Assim, busca-se entender quais foram as alterações conjunturais que influenciam esta mudança e até onde este processo de construção imagética desta figura histórica atende a uma agenda externa à própria ciência.

A partir desta dinâmica do pensamento de Foucault, tem-se que a possibilidade de mudança drástica na efígie da rainha, em algum nível, estaria atrelado a fatores que afetam a sua propositura. Assim, mudanças sociais externas à deontologia histórica do Antigo Egito podem ter sido basilares para determinar a aceitação da mudança na imagem da rainha, das quais pode-se citar a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, que ganhou projeção mundial a partir dos anos sessenta e hoje tem suas ramificações, impelindo discussões em diversos setores da sociedade e possibilitando releituras históricas.

Artes, Direitos e Cidades

Este estudo está assim subdividido: segue-se a esta introdução, o desenvolvimento, subdividido em “A Cleópatra de ontem e de hoje”, na qual, através de um retrospectiva histórica, analisam-se as duas obras; seguida de “Paralelos entre a representação do louco em “História da Loucura” e a figura de Cleópatra”; Movimentos antirracistas e representatividade: impactos na construção imagética de Cleópatra e, por fim, a Conclusão. O referencial parte das revisões dos livros: História da Loucura (1972), de Michel Foucault; Black Power; Cultura e Representação (2021) do Stuart Hall e Racismo Estrutural (2019), de Silvio Almeida.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A CLEÓPATRA DE ONTEM E DE HOJE

O cinema desempenha um papel significativo como uma fonte histórica, capturando e retratando imagens da realidade e da sociedade em suas telas. Ele é capaz de refletir diversos contextos sociais, tornando-se um agente histórico por si só (MATOS, 2015). Por meio das películas, podemos visualizar e imaginar diferentes aspectos da sociedade. Os filmes podem expressar anseios sociais e abordar questões do imaginário coletivo, independentemente de serem filmes com temática histórica, documentários ou obras de ficção.

O filme, cuja imagem parece sugerir o fatural, é reflexo e produto dos atos e manifestações do pensamento humano. Desse modo, ele não está isento das influências da sociedade, pois é expressão dessa mesma sociedade com todos os elementos que a compõem, transparentes ou não, conscientes ou inconscientes. (MEIRELLES, 1997).

Nesse contexto, a história de Cleópatra é marcada por uma representação incerta, influenciada pelas narrativas dos romanos que a derrotaram e escreveram sobre ela. Egíptólogos apontam que os romanos diminuíram sua potencialidade política e inteligência, enquanto historiadores muçulmanos a retrataram como uma estrategista e rainha astuta. A ausência de restos mortais torna difícil determinar sua verdadeira aparência, principalmente considerando a diversidade étnica do Egito antigo. Descobertas arqueológicas recentes, como a ossada encontrada em Éfeso, intensificam o debate sobre sua etnicidade.

É improvável que a imagem de Cleópatra VII Filopátor no cinema e na pintura corresponda à sua aparência real. A análise do crânio de sua irmã sugere uma mistura de traços europeus, antigos egípcios e africanos negros, o que sugere que Cleópatra também poderia ter

Artes, Direitos e Cidades

tido uma ancestralidade étnica diversa. No entanto, permanecem incertezas sobre sua identidade egípcia e possível negritude. Será que, além de apagarem sua inteligência, apagaram também sua identidade racial?

Aponta Sabadin (2019), que o filme de 1963, com a Elizabeth Taylor, custou a quase falência da 20th Century (30 milhões de dólares), marcando o fim dos grandes estúdios e a chegada da TV. Não obstante, a produção cinematográfica de 1963, sob a direção de Joseph L. Mankiewicz, rendeu quatro Oscars e se consagrou como um clássico do cinema. Vale dizer que esta versão destacou a aparência e os relacionamentos amorosos da rainha egípcia, relegando as questões políticas a um segundo plano. Coincidentemente, mesmo nos dias atuais, aspectos como os casamentos e os supostos "segredos de beleza" da atriz que a interpreta ainda são temas recorrentes na grande mídia.

Conforme a análise de Kaplan (1983), o cinema hollywoodiano é uma manifestação das estruturas do inconsciente patriarcal, onde as narrativas são moldadas por linguagens e discursos masculinos que ecoam nos padrões inconscientes da sociedade. Neste contexto, as mulheres não são representadas como indivíduos reais, mas como signos que expressam o inconsciente masculino. Não surpreende, portanto, a associação de características como bondade, cuidado e maternidade às mulheres, enquanto aos homens são atribuídas ideias de trabalho, produtividade e frieza emocional. Tais representações refletem uma visão tradicional dos papéis de gênero como distintos e complementares (Zanello, 2022).

Ainda, é possível notar que a maioria dos audiovisuais que abordam a figura de Cleópatra são caracterizados pela predominância de mulheres brancas em seu papel. No caso específico do filme em discussão, ainda é notável a escassez de atores negros no elenco, com todos eles relegados a papéis que os colocam em uma posição subalterna.

De acordo com Hall (2016), a linguagem desempenha um papel fundamental na construção de uma cultura de significados, pois opera como um sistema de representação que utiliza uma variedade de símbolos, sejam eles sonoros, escritos, imagens, notas musicais ou objetos, para comunicar e representar conceitos, ideias e sentimentos para outros indivíduos. Em resumo, a linguagem é um meio essencial para expressar e compartilhar pensamentos e emoções dentro de uma cultura.

Artes, Direitos e Cidades

Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em seu discurso sobre o perigo de uma história única, ressalta a importância do poder na definição das narrativas. Ela argumenta que assim como no mundo econômico e político, o modo como a história é contada e por quem ela é contada depende do poder. Esse poder não se limita apenas a contar a história de outra pessoa, mas também a fazer com que essa história se torne a narrativa dominante e definitiva.

No imaginário popular, Cleópatra frequentemente evoca a imagem de uma mulher de pele branca, dotada de um corpo quase escultural e um olhar hipnotizante, uma representação que parece desafiadora de ser reproduzida fora das telas. Este fenômeno reflete as dinâmicas de poder e conhecimento que tendem a suprimir possibilidades de conceber uma narrativa alternativa e a criação de um pensar quase que universalizante (Butler, 2013). É crucial reconhecer que essas representações são moldadas por narrativas dominantes que tendem a homogeneizar e excluir outras possibilidades de interpretação. O fato de Cleópatra ser historicamente representada como branca destaca as disparidades discursivas e a criação de narrativas históricas, sugerindo a necessidade de uma reavaliação crítica das representações culturais e históricas predominantes.

A inclusão de Cleópatra nas produções cinematográficas hollywoodianas muitas vezes é motivada mais por conveniência do que pelo compromisso com a precisão histórica. A indústria cinematográfica frequentemente distorce ou adapta figuras históricas para atender aos interesses comerciais e narrativos, sacrificando a autenticidade em prol do entretenimento e do lucro. Cleópatra, uma figura historicamente complexa, é frequentemente simplificada e estereotipada para se adequar aos padrões estéticos e narrativos predominantes em Hollywood. Essa simplificação pode distorcer não apenas a compreensão do público sobre Cleópatra, mas também sustentar estereótipos e preconceitos culturais.

O perigo de um único viés é a criação de estereótipos que obscurecem a diversidade e humanidade das pessoas, resultando na perda de dignidade e na dificuldade de reconhecer nossa conexão comum como seres humanos (Adichie, 2019). Nesse sentido:

Essas formações discursivas, como assim são conhecidas, definem o que é ou não é adequado em nosso enunciado sobre um determinado tema ou área de atividade social, bem como em nossas práticas associadas a tal área ou tal tema. As formações discursivas definem ainda que tipo de conhecimento é considerado útil, relevante e "verdadeiro em seu contexto"; definem que gênero de indivíduos ou "sujeitos" personificam essas características. Assim, 'discursiva' se tornou o termo geral utilizado para fazer referência a qualquer

Artes, Direitos e Cidades

abordagem em que o sentido, a representação e a cultura são elementos considerados constitutivos. (Hall, 2016, p. 26)

Dessa forma, a representação da negritude no cinema ou a falta dela não só são produtos de uma estrutura de poder dominante, como também desempenham um papel ativo na reprodução e legitimação de violências e preconceito. Portanto:

O debate sobre a tonalidade da pele de Cleópatra nos meios de comunicação tem tudo a ver com contestações multiculturais sobre currículo, pedagogia e historiografia. O que está em jogo no debate sobre Cleópatra é saber se o ensino de história pode ser questionado e revisto, ou apenas padronizado da maneira usual. A disputa sobre se Cleópatra é branca ou negra não pode, assim, ser examinada simplesmente no domínio da Antiguidade, mas deve também ser vista dentro do contexto colonial e de suas consequências. O investimento contemporâneo na negritude de Cleópatra, em que ela era egípcia e africana, está em oposição dialética à insistência prévia em sua brancura, e em que ela era grega e europeia. (Shohat, 2004, p. 53)

Após séculos de dominação, violência e apropriação por parte dos brancos aos afrodescendentes, suas riquezas e expressões culturais, retratar Cleópatra como uma mulher negra, com ênfase em sua persona política, significa dar destaque ao protagonismo negro em um contexto historicamente dominado por representações eurocêtricas. A reação violenta diante dessa mudança de paradigma só evidencia a persistência do racismo na sociedade contemporânea e a importância em desafiar as narrativas de viés único historicamente estabelecidas.

2.2 PARALELOS ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DO LOUCO EM “HISTÓRIA DA LOUCURA” E AS DE CLEÓPATRA

A transição da Idade Média para a era moderna na Europa trouxe consigo uma mudança significativa na percepção da loucura. Na Idade Média, a loucura era associada a manifestações divinas. No entanto, com o surgimento do pensamento reformista e a laicização da caridade durante a Reforma Protestante, a loucura deixou de ser vista como uma manifestação sagrada, tornando-se um problema moral e social (Foucault, 1972).

Conforme Foucault (1972), a criação de hospitais gerais e instituições de internação durante o século XVI e XVII refletiu essa mudança na percepção da loucura, servindo tanto como locais de assistência quanto de controle social. Essas instituições, administradas pelo

Artes, Direitos e Cidades

Estado e pela Igreja, buscavam organizar e controlar a população marginalizada, misturando os pobres, os doentes e os considerados loucos em um mesmo espaço

Se, inicialmente, a internação era medida para eliminar quem era considerado nocivo à sociedade, com o tempo, ela passa a ser utilizada como uma prática de purificação moral para tratar doenças consideradas impuras, como as doenças sexualmente transmissíveis. Essa mudança de perspectiva moral não se limitou apenas à questão da sexualidade, mas se estendeu a outras áreas, como a prostituição e a devassidão. Um exemplo notável desse período é a figura do Marquês de Sade, que simboliza a conexão entre a loucura e a sexualidade (Foucault, 1972).

Dessa forma, a loucura era temida e evitada, muitas vezes associada ao divino ou ao destino. Com o surgimento do internamento, a loucura se tornou objeto de estudo e controle, mas também foi estigmatizada e reprimida. O internamento representou não apenas uma separação física, mas também uma distância simbólica entre a razão e o desatino, marcando uma mudança na percepção da loucura como algo a ser estudado e tratado (Foucault, 1972).

Posteriormente, surgiram conceitos de doenças mentais, como demência e melancolia, esta última frequentemente associada às mulheres (Foucault, 1972). As mudanças na concepção de loucura foram influenciadas de acordo às relações de poder vigentes em cada época. Em outras palavras, a percepção da loucura, ao longo da história, não foi primariamente guiada por evidências científicas sólidas. Ao invés disso, foi influenciada por crenças culturais, religiosas e morais predominantes em nas sociedades.

Paralelamente ao que ocorreu com a representação do “louco”, a transformação da figura de Cleópatra só foi possível devido às mutações sociais e culturais, oriundas, neste caso, da insistência das lutas antirracistas. Contudo, as produções atuais que retratam Cleópatra também estão sujeitas a controvérsias, pois as transformações em sua imagem foram motivadas não apenas por fatores sociais, mas também de mercado. Não é novidade que o capitalismo se apropria de temas relevantes para grupos minoritários. Dessa forma, surge o questionamento sobre até que ponto as empresas realmente se preocupam com a diversidade, ou se estão simplesmente utilizando essa pauta para lucrar. A título de reflexão:

A imprensa capitalista simplesmente registra a história, nunca a faz; apenas as massas fazem história! [...] Foi dito aos africanos que uma das principais razões de suas vitórias nos anos 1960 foi a imprensa capitalista. Em alguns momentos de nossa luta, a imprensa capitalista arma que, na verdade, eles

Artes, Direitos e Cidades

deram voz à Revolução. O capitalismo não mente algumas vezes, ele mente o tempo todo. (Hamilton e Ture, 2021, p.210)

2.3 LUTA ANTIRRACISTA E REPRESENTAÇÃO: IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DE CLEÓPATRA

A história da humanidade mostra que correntes religiosas, filosóficas, teorias e descobertas científicas podem ser distorcidas e utilizadas como base para legitimar atrocidades. Como aponta Silvio Almeida (2019), o Iluminismo, que serviu de base para as revoluções liberais que contestaram instituições absolutistas e tradicionais, propagando a ideia de liberdade e igualdade, também justificou a imposição da "civilização" em outros lugares do mundo, resultando em processos de destruição e morte em nome do progresso.

Por outro lado, movimentos e correntes de busca por dignidade surgiram como respostas à violências seculares, permitindo que milhares de pessoas historicamente violentadas e exploradas resistissem. Um exemplo notável é o Movimento dos Direitos Civis nas décadas de 1950 e 1960, quando lideranças como Martin Luther King desafiaram abertamente as normas discriminatórias e segregacionistas vigentes nos Estados Unidos.

Em seu discurso “Eu Tenho Um Sonho” King (1963) denuncia a persistência da injustiça racial e da discriminação nos Estados Unidos, apesar da assinatura da Proclamação de Emancipação há cem anos. O pensador destaca que, mesmo após um século, os afro-americanos continuam a ser vítimas de segregação, discriminação e pobreza, e que a promessa de igualdade e liberdade consagrada na Constituição não foi cumprida para todos os cidadãos americanos. Nesse sentido:

Com o fim da escravidão física após a Guerra Civil, foram encontrados novos dispositivos para “manter o negro em seu lugar”. Seria necessário escrever muitos volumes para descrever esses métodos, estendendo-se desde nascimentos em hospitais Jim Crow até enterros em seções dos cemitérios Jim Crow. Eles são muito conhecidos para requerer uma descrição aqui. No entanto, uma das revelações durante os últimos anos é o fato de que as camisas de força do preconceito e da discriminação racial não usam somente rótulos do Sul. A técnica sutil e psicológica do Norte havia se aproximado em feiura e vitimização do negro, em terror absoluto e em brutalidade aberta como no Sul. O resultado foi um comportamento que aos olhos do homem branco parecia paciência, mas que cobria uma poderosa impaciência no coração do negro. (King, 2020, p. 9)

Artes, Direitos e Cidades

Considerando esse contexto histórico, muitos líderes civis e religiosos uniram-se para enfrentar a segregação e o racismo. O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ganhou forma gradualmente, e foi a partir de dezembro de 1955, com o início de um boicote aos ônibus em Montgomery, que o movimento começou a ganhar destaque nacional e reconhecimento (Silva, 2021). Em outras palavras, a mobilização social foi o agente que promoveu mudanças significativas e apesar dos desafios e obstáculos enfrentados, esses esforços continuaram a inspirar e motivar as lutas posteriores por justiça social em todo o mundo.

Por outro lado, é importante considerar que as leis que preconizavam a igualdade formal entre brancos e pretos não foram suficientes para erradicar séculos de atrocidades racistas cometidas. Os ideais racistas estavam profundamente arraigados às estruturas sociais, políticas e culturais e não desapareceram instantaneamente com a promulgação das leis de emancipação: as estruturas de poder estabelecidas antes da emancipação ainda operavam no mantimento da desigualdade racial. Dessa forma:

A emancipação dos escravizados por ato legal certamente não poderia apagar tais noções da mente dos racistas. Eles acreditavam em seu status superior, não em documentos, em pedaços de papel. E essa crença tem persistido. Quando algumas pessoas comparam os negros estadunidenses a “outros grupos de imigrantes” neste país, ignoram o fato de que a escravidão era peculiar aos negros. Nenhum outro grupo minoritário neste país foi jamais tratado como propriedade legal [...] (Hamilton e Ture, 2021, p.60)

Silvio Almeida (2019) reflete como o racismo é perpetuado por meio de um complexo imaginário social reforçado pelos meios de comunicação pela indústria cultural e pelo sistema educacional, que moldam as percepções sobre as pessoas negras na sociedade, e aduz:

[...] Desse modo, o cinema, a literatura, a música e as artes plásticas não precisam negar a existência do racismo; pelo contrário, produções artísticas de grande repercussão tratam do racismo e do sofrimento por ele provocado de modo direto. Não é apenas extirpando a cultura que o racismo se apresenta, mas “desfigurando-a” para que a desigualdade e a violência apareçam de forma “estilizada”, como “tema de meditação” ou “peça publicitária”⁶⁰, e possam assim ser integradas à normalidade da vida social. (Almeida, 2019, p. 60)

Hamilton e Ture (2021), ao abordarem a questão da visibilidade, utilizam o Partido Democrata como exemplo. Eles destacam que, embora os africanos estejam integrados ao partido, com um número maior de representantes eleitos em comparação com outros grupos

Artes, Direitos e Cidades

étnicos, eles não possuem influência significativa dentro da estrutura de poder do partido. Isso os coloca em uma posição de visibilidade sem poder, sugerindo que a integração pode ser utilizada como um mecanismo para manter a supremacia branca em determinados contextos políticos. Assim, evidencia-se não apenas a diferença entre poder real e visibilidade, mas também que quanto maior a visibilidade, menor é o poder real exercido. Desse modo:

[...]Parte do problema atual reside no fato de estarmos competindo por atenção e compreensão em meio ao que pode ser chamado de politização instantânea. Vivemos em uma era de grande influência da cultura pop, na qual muitos indivíduos se tornam politizados não por meio de um longo e árduo processo de estudo e organização, mas sim através de retratos apaixonados de nossa luta em documentários televisivos, discursos emocionais, filmes e programas de televisão e rádio. Embora compreensível para muitas pessoas mais jovens, esse fenômeno não é particularmente eficaz. Ele complica o processo de politização, sendo rápido, intenso, teatral e sincero, mas pouco provável de ser profundo e sustentável. O foco tende a estar nos eventos recentes e instantâneos, como um ataque policial brutal ou um evento racista específico. Como resultado, excelentes alunos podem estar familiarizados com artistas como a rapper Sister Souljah, mas desconhecem figuras históricas como Mary McLeod Bethune, cujo comprometimento apaixonado precede a luta ao longo de sua vida. Se invertêssemos o processo educativo e entendêssemos Sister Souljah através de Bethune, ou Ice-T através de Booker T. e W.E.B. Du Bois, nossa luta seria mais substancial e sustentável, e talvez até mais consensual. Isso vai além de uma mera veneração nostálgica dos líderes do passado; é o reconhecimento da perspectiva histórica e da continuidade progressiva de nossa luta. O que fica claro é que confiar exclusivamente na identidade racial como principal fator de mobilização política é importante, mas de forma alguma suficiente (Hamilton e Ture, 2021, p. 226-227).

Nesta linha, a presença de pessoas negras em posições de liderança, por si só, não resolve as questões estruturais de desigualdade e racismo. É necessário um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder e ações concretas para promover mudanças reais. A representatividade é importante, mas não garante uma reconfiguração das relações de poder que perpetuam a desigualdade. Por isso é imprescindível não apenas o desmantelamento das narrativas discriminatórias, que colocam as minorias em posições de subalternidade, como também a abertura de um espaço político em que as reivindicações das minorias possam ser ouvidas e representadas. (Almeida, 2019)

No entanto, é inegável que o avanço do afrocentrismo e dos movimentos sociais em discussão exerceram influência significativa sobre as reivindicações subsequentes e o imaginário cultural, inclusive no que diz respeito à perspectiva sobre Cleópatra. Não obstante,

Artes, Direitos e Cidades

as produções audiovisuais continuam deficientes em retratá-la. A produção da Netflix é uma das poucas que abordam suas realizações políticas, em vez de se concentrarem em sua aparência.

3. CONCLUSÃO

A representação de Cleópatra VII Filopátor para além da visão eurocentrista em produções audiovisuais é um reflexo das transformações sociais, políticas e culturais construídas ao longo do tempo e que tem por trás um elemento comum: o povo, sobretudo, o povo negro. Assim, não há mudança social que não seja influenciada pelas dinâmicas de poder vigentes. Muitas vezes, essas transições atendem a uma agenda externa às descobertas científicas.

Cleópatra, quando examinada à luz das teorias de Michel Foucault sobre o sujeito, revela-se como um exemplo de como o poder opera na construção e manutenção da identidade. Foucault argumenta que o poder não é apenas coercitivo, mas também produtivo, influenciando não apenas nossas ações, mas também a percepção de si enquanto sujeito. Cleópatra, como uma figura política e culturalmente poderosa, foi submetida a diferentes discursos de poder ao longo da história, moldando sua representação e percepção pública. Desde a sua própria época até os tempos contemporâneos, Cleópatra foi retratada de maneiras diversas, refletindo as ideologias e agendas de poder predominantes em cada contexto. Sua imagem foi instrumentalizada para reforçar noções de superioridade racial, sexual e política, exemplificando como o poder opera através da produção de discursos que regulam e normatizam identidades.

Os movimentos por direitos civis, como o liderado por Martin Luther King Jr., desempenharam um papel fundamental na transformação da representação de Cleópatra e de outras personalidades históricas. Esses movimentos além de desafiar normas discriminatórias, influenciaram a percepção pública sobre questões de raça, identidade e igualdade. No entanto, é importante reconhecer que a mera representatividade não garante mudanças estruturais e que ainda há desafios significativos a serem enfrentados na luta contra o racismo e outras formas de discriminação.

Artes, Direitos e Cidades

Por fim, é importante ressaltar que Cleópatra não correspondia à imagem estereotipada de mulher sedutora. Se considerarmos as moedas com sua efígie, uma representação mais realista, Cleópatra não se encaixava nos padrões de beleza brancos. Então, talvez, seja o caso de não retratar a rainha por seus atributos físicos, mas observá-la por seus feitos políticos. Ela governou por mais de 20 anos e conseguiu postergar o domínio romano sobre o Egito. Além disso, assumiu um país que estava na pobreza e o elevou economicamente. A questão que se coloca é se o cinema e a mídia estão dispostos a ceder espaço para uma reflexão mais profunda sobre essa figura histórica.

4. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo de Uma História Única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019. 264 p.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v.1 n.22 (2013), 159-179

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1972. 608 p.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2016. 260 p.

HAMILTON, Charles V.; TURE, Kwame. *Black Power: A política de libertação nos Estados Unidos*. São Paulo: Jandaíra, 2021. 242 p.

KAPLAN, E. Ann. *A Mulher e o Cinema: Os dois lados da câmera*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. 336 p.

LUTHER KING JR., M. **Discurso por ocasião da Marcha por Emprego e Liberdade**. Washington, 1963. 3 f. Disponível em: <https://www.palmareis.gov.br/sites/000/2/download/mlk2.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024

MATOS, Daniel Ivori de. **SERIAL KILLERS: CINEMA, IMAGINÁRIO E CRIMES SERIAIS**. *Cultura Histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas, v. 3, n. 1, p. 83-98, 2015. Disponível em: https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_art_v3n1_matos/269. Acesso em: 26 dez. 2023.

Artes, Direitos e Cidades

MEIRELLES, William R.. **O CINEMA COMO FONTE PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA**. História e Ensino, Londrina, v. 8, n. , p. 155-167, out. 2002. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12164>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SABADIN, Celso. *História do Cinema Para Quem Tem Pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2019. 200 p.

SARAIVA, Maria Laura. **Em debate, o mito da Cleópatra ‘branca e de olhos azuis’**. Disponível em: <<https://site.veracruz.edu.br/zumzum/capitulos/em-debate-o-mito-da-cleopatra-branca-e-de-olhos-azuis/>>. Acesso em: 30 mar 2024.

SILVA, Wilton Bruno Cardoso da. *A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos*. Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE, São Paulo, v.7, n.9, set. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2224> Acesso em: 30 mar 2024.

SHOHAT, Ella. *Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade*. Cadernos Pagu, Cara, cor, corpo, v.23, p. 11-54, 2004. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2004\(23\)/Shohat.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2004(23)/Shohat.pdf)>. Acesso em 30 mar 2024.

SOARES, Victor. **Afinal, qual era a cor da pele de Cleópatra?**. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/desventuras/afinal-qual-era-cor-da-pele-de-cleopatra.phtml>> Acesso em: 30 mar 2024.

ZANELLO, Valeska. *A Prateleira do Amor: sobre mulheres, homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022. 144 p.